

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas  
Registro da Reunião Ordinária do CONAD realizada no dia 10 de novembro de 2015

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, os membros do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD reuniram-se na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF.

Compareceram o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Aloisio Andrade, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Ângela Maria Carauta Serrano, representante Meio Artístico; Célio Luiz Barbosa, representante do Terceiro Setor; Francisca Lucélia Ribeiro de Farias, do Conselho Federal de Enfermagem; Gabriel Boff Moreira, representante do Ministério das Relações Exteriores;; Frederico Duarte Garcia, do Conselho Federal de Medicina; Leon de Souza Lobo Garcia, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD; Luanna Tomaz de Souza, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Lúcio Costa, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Pedro Henrique Marinho Carneiro, representante do Ministério da Saúde; Raquel Nascimento, representante do Ministério Público (observador); Ricardo Lião, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF/MJ; Rodrigo Moraes Lima Delgado, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Sérgio Fernando Raimundo Harfouche, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas – CONEN; Solange Silva Moreira, representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Vladimir de Andrade Stempluk, representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

**Pauta da Reunião:**

- Abertura e Assinatura de Termos de Posse;
- Discussão sobre UNGASS 2016 - Apresentação, pelo GT, das sugestões recebidas por meio da consulta pública e da audiência pública, e proposta de encaminhamento;
- Reestruturação do Conad e Discussão do Regimento Interno;
- Discussão sobre o RE 635.659, que questiona a constitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 - Convidada: Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Dra. Fabiana de Oliveira Barreto;
- Outros assuntos de interesse.

O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Mendes de Paiva, cumprimenta a todos, salientando que é a primeira reunião do Conad em que participa como Secretário Executivo. Ressalta que por não existir contrato com empresa de gravação, existem diversas atas de reuniões do Conad de até 2013 que precisam ser aprovadas pelo Colegiado para publicação no DOU. Ficou acordado que as atas serão enviadas aos Conselheiros para leitura, e que na próxima reunião do Conad será colocada como primeiro ponto de pauta a aprovação dessas atas. Sugere também colocar para discussão as datas das próximas reuniões de 2016.

Informa o adiamento da assinatura do termo de posse da Sra. Andrea Cristina Fonseca por indisponibilidade na agenda do Ministro José Eduardo Cardozo.

Todos os presentes se apresentam.

O Conselheiro Aloísio Andrade apresenta saudações a todos citando um texto de Guimarães Rosa sobre “acertividade”.

O Secretário Luiz Guilherme cita os três pontos da pauta da reunião: a) UNGASS 2016; b) Reestruturação e regimento interno CONAD; e c) RE 635.659 do Supremo Tribunal Federal.

Em seguida, apresenta a Dra. Fabiana de Oliveira Barreto, Presidente do Conselho Nacional e Política Criminal e Penitenciária/MJ.

Informa que a discussão da UNGASS deve ser feita hoje. Desse modo, sugere iniciar a reunião com esse ponto. Antes, concorda em ter uma rodada inicial de informes.

Faz relato do processo UNGASS, como um todo. Durante toda a manhã, os Conselheiros discutem o texto apresentado pelo grupo de trabalho, com a leitura dos pontos e apresentação de destaques, seguido de votação.

Reunião retomada no início da tarde, com breves considerações da Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Dra. Fabiana de Oliveira Barreto, atuando como convidada. Os Conselheiros discutem o Recurso Extraordinário 635.659 – questão que surgiu no voto do Ministro Edson Fachin (STF) no julgamento do recurso – para buscar definição de critérios de quantidade que possam servir como auxílio para decisão judicial na diferenciação jurídica entre porte para uso e tráfico de drogas. O Secretário Executivo sugere que seja formado Grupo de Trabalho para tratar da questão, nos moldes do GT do CNPCP, que se reúna até a próxima reunião do CONAD e que apresente a discussão, conclusiva ou não. Aberta rodada para discussão, manifestaram-se os Conselheiros:

a) Luanna Souza: apresenta saudações à Dra. Fabiana. Sugere realização de audiência pública e se coloca à disposição para compor o GT.

b) Aloísio Andrade: apresenta saudações à Dra. Fabiana. Manifesta-se a favor da criação do GT.

c) Célio Barbosa: manifesta intenção de compor o GT.

d) Sérgio Harfouche: fala da importância da criação do GT e se coloca à disposição para participar.

e) Pedro Carneiro: manifesta acolhimento à proposta da criação do GT e se coloca à disposição.

f) Vladimir Stempliuk: parabeniza Dra. Fabiana e coloca o Conselho Federal de Psicologia à disposição para participar do GT.

g) Ângela Serrano: coloca-se à disposição para participar do GT.

A Dra. Fabiana agradece a disponibilidade dos conselheiros do CONAD em aprofundar esse diálogo juntamente com o CNPCP. Faz algumas considerações sobre a criação do GT informando que terá que se retirar para outra reunião.

Em seguida, o Secretário Luiz Guilherme abre discussão sobre a formação do GT. Após debate, deliberou-se que o GT será composto por 4 membros do CONAD, como o GT do CNPCP, que também terá 4 membros:

- Pedro Henrique - Ministério da Saúde
- Célio Barbosa - Terceiro Setor
- Vladimir Stempliuk - CFP
- Luanna Tomaz – OAB

O Secretário Luiz Guilherme reitera que, como nos outros grupos de trabalho, essa participação deverá sempre ser referendada pela discussão em plenário. Finalizado este ponto da pauta, os Conselheiros retomaram a discussão sobre a UNGASS.

Eixo 1, ponto 17 – texto destacado: "afirmamos que não há qualquer possibilidade de associação entre cuidado e repressão que podem estar presentes em propostas como internação compulsória de usuários ou substituição da pena de prisão pela obrigatoriedade de tratamento, que vincula o tratamento a um controle jurídico/punição". Aberta a discussão, o Secretário Luiz Guilherme pede esclarecimento ao Conselheiro Vladimir Stempliuk para esclarecer esse ponto, que está um pouco confuso. O Conselheiro Vladimir avalia que a proposta já está contemplada em outro ponto. Sugere votar a retirada do ponto. O CONAD decidiu pela exclusão do ponto 17.

Eixo 1, ponto 19 – texto destacado: "aumento do controle e da regulamentação da produção, comercialização e propaganda de bebidas alcoólicas, com destaque às medidas de restrição de acesso." O Secretário Luiz Guilherme informa que esse destaque foi apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia. O Conselheiro Vladimir confirma e informa que isso foi discutido no dia anterior e até mesmo na audiência pública, que a questão do álcool não é do âmbito da UNGASS e do CND, ela está hoje na OMS. No entanto, as pesquisas cada vez mais mostram a associação do consumo de bebidas alcoólicas com outras drogas, de forma que se pensou numa redação que tentasse ligar essas duas coisas. O Conselheiro opinou no sentido de que o CONAD não teria mandato para propor um aumento de controle e regulamentação, mas poderia aumentar o alerta sobre os danos do consumo de substâncias ilegais associadas com bebidas alcoólicas, algo que enfatizasse esse risco aumentado a partir da associação do consumo dessas substâncias. Abertos os debates, o Secretário Luiz Guilherme apresentou a proposta de focar nos riscos do abuso de bebidas alcoólicas associadas às drogas. Como o destaque era muito parecido com o anterior, acordou-se que os interessados iriam propor outra redação e a apresentação do destaque ficaria para o final da sessão.

Eixo 1, ponto 20 - texto destacado: "aplicação de parte dos impostos arrecadados com a venda de substâncias psicoativas na pesquisa científica, para compreensão dos fenômenos psicossociais na prevenção, tratamento e redução de danos." Destaque foi proposto pela Anvisa, que logo em seguida o retirou.

Secretário Luiz Guilherme avança para o Eixo 2 do texto, cujos destaques foram:

Eixo 2, ponto 2 - o Cons. Gabriel Moreira esclarece que o termo “drogas e delinquência” decorre da tradução em espanhol do eixo, mas é possível propor nome diferente. Após discussão, o destaque fica aprovado com a alteração do termo para “drogas e crime”.

Eixo 2, ponto 4 - favorecimento de estudos e ações que diminuam a discriminação e os estigmas de geradores de violências tanto às vítimas quanto aos agentes da criminalidade, principalmente jovens, negros e pessoas de baixa renda. Cons. Luanna sugere a inclusão da palavra “mulheres”. Ponto 4 aprovado.

Eixo 2, ponto 5 – criação de estabelecimentos prisionais específicos com suporte técnico especializado de profissionais de segurança pública, assistentes sociais e de saúde adequado para delinquentes envolvidos com drogas. Após discussão, votou-se pela supressão desse ponto.

O Secretário Luiz Guilherme faz proposta para votação em bloco dos pontos 7, 8, 9 e 10, 11, 12. A proposta foi aceita.

Eixo 2, ponto 7 - descriminalização do porte e do uso de substâncias psicoativas; ponto 8: descriminalização do auto cultivo de maconha, para garantir a autonomia dos indivíduos e afastar os usuários do encarceramento, e ponto 9: retirar a cannabis e seus derivados da lista 4 da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961.

A Sra. Glória M. de O. Latuf, representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS, manifestou-se para fazer constar em ata solicitação do Diretor da Anvisa: “a pedido do Dr. José Carlos da Silva Moutinho, da Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário da Anvisa, gostaríamos que constasse em ata que a Anvisa somente poderá se manifestar, com relação ao texto, após formalização junto a esta Diretoria e posterior discussão desse texto em Diretoria Colegiada da Anvisa.” O Secretário Luiz Guilherme ponderou acerca da representação dos órgãos no Colegiado em relação à solicitação da Anvisa, no sentido de que limitar a manifestação dos órgãos componentes do CONAD a uma manifestação prévia dos seus órgãos de origem tende a tornar o Conselho inexecutável. Argumentou que a representação dos órgãos traria em si a legitimidade para tomada de algumas decisões. No entanto, nada impede que o representante se abstenha da votação caso a decisão seja considerada complicada por falta de deliberação do órgão colegiado. Feitas essas considerações, foi aprovada a inclusão em ata da manifestação da Anvisa.

Após discussões, foram aprovados os pontos 7 ao 12.

Eixo 2, ponto 14: caracterizado o mercado clandestino e/ou contrabando de drogas, instituição de penas alternativas diferenciadas baseadas no nível de inserção do sujeito na cadeia de produção, comercialização e venda dessas drogas. Foi proposta a supressão deste ponto, considerando-se que o ponto 15 trata de igual matéria mas está melhor redigido: “drogas com menor potencial de danos devem ser tratadas de forma diferenciada, tanto em termos políticos, gestão de estratégias voltadas à saúde, como de prevenção e tratamento de danos associados.” O Conselho adotou a redação a seguir para substituir os pontos 14 e 15: “as penas devem ser proporcionais à quantidade de droga apreendida e à posição do agente na cadeia de produção, comercialização e venda de drogas ilícitas”.

Eixo 2, ponto 16: penalidade para os detentos comuns entre os países, impedindo que o traficante volte para onde a droga é liberada. O Conselho deliberou pela supressão deste ponto.

Eixo 2, ponto 17: fomento de políticas protetivas às crianças e adolescentes envolvidas com comércio de drogas ilícitas, visto como uma forma de violência e exploração do trabalho infantil. O destaque feito pelo Ministério da Saúde, foi retirado em seguida.

Aprovado o texto do eixo 3, ponto 3, o Secretário Luiz Guilherme sugere submeter os textos aprovados a uma relatoria, de competência do Secretário Executivo, e aprová-lo por email. Em relação ao eixo 3, pontos 4 e 5, decidiu-se, por falta de tempo, não os submeter a apreciação pelo Plenário.

O Secretário Luiz Guilherme informou que as datas das próximas reuniões seriam enviadas por email para aprovação. Após, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Lucas Albuquerque Aguiar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos(as) Conselheiros(as) do CONAD.